



Interpeção Escrita

Sobre a fiscalização da segurança alimentar

Há dias, foi descoberto, em Macau, mais um caso suspeito de violação da lei da segurança alimentar. Uma fracção que era destinada a dormitório de empregados foi transformada numa oficina ilegal para a preparação de géneros alimentícios, com condições higiénicas péssimas, pois os géneros alimentícios eram preparados na casa de banho onde havia até muitas baratas, e a comida ali preparada era fornecida a diversos restaurantes. As autoridades já ordenaram a suspensão do funcionamento do restaurante em causa e exigiram a retirada da loja respectiva da plataforma de takeaway, onde a mesma se encontrava inscrita. Vários residentes tinham feito compras nessa loja, portanto, a notícia deixou-os preocupados. Mais, alguns residentes até descobriram que o endereço daquele restaurante era utilizado por várias lojas de takeaway, inscritas na mesma plataforma, daí a preocupação com a eventualidade de essas lojas continuarem a partilhar os equipamentos de cozinha na preparação dos géneros alimentícios. Alguns residentes estão preocupados com a eventualidade de existirem mais perigos de segurança alimentar não descobertos, por serem insuficientes a fiscalização e as sanções.

Actualmente, as lojas de takeaway, sem consumo no local, não se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sujeitam à regulamentação do Decreto-Lei n.º 16/96/M, e basta um registo comercial em geral para o início das actividades e da venda de géneros alimentícios, sem haver necessidade de se pedir ao Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) uma licença de estabelecimento de comes e bebes, portanto, as exigências são relativamente baixas. Em 2016, as autoridades lançaram o Plano de Registo para o Sector Alimentar, exigindo que as lojas de takeaway e as lojas de produtos alimentares online tomassem a iniciativa de efectuar um registo voluntário no Governo, no entanto, os resultados não foram satisfatórios. Em Macau, existem cerca de 1800 lojas de takeaway e cerca de 400 lojas de produtos alimentares online. Os dados disponibilizados pelo Governo limitam-se a indicar que, de entre estas 400 lojas, mais de 300 apresentaram o pedido de registo. Já quanto às 1800 lojas de takeaway, o Governo não disponibilizou dados sobre o número das lojas já registadas¹.

Segundo as autoridades, são efectuadas periodicamente inspecções dos estabelecimentos, que incluem também lojas de takeaway e lojas de produtos alimentares online, e fiscalização dos produtos alimentares, e as referidas lojas estão sujeitas à regulamentação da Lei de segurança alimentar. Contudo, a inspecção é já mais difícil quando se trata de lojas não registadas, tanto lojas de takeaway como lojas de produtos alimentares online, sobretudo quando os géneros alimentícios não são preparados na loja de takeaway. Mais, verificam-se também mais dificuldades na fiscalização do ambiente dos locais

¹ <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2019-10/550195dad5b82d82c3.pdf>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

onde se faz a preparação de géneros alimentícios. Por isso, é difícil eliminar, de forma plena e eficaz, os perigos latentes da segurança alimentar a partir da fonte.

Assim sendo, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Sugeri, várias vezes, às autoridades, que criassem um regime de licenciamento para reforçar a gestão das lojas de takeaway, e as autoridades também afirmaram que iam regulamentar essas lojas e as lojas de compras online através de meios legislativos, exigindo, por exemplo, um registo obrigatório. Segundo as autoridades, neste momento, os diplomas encontram-se na fase de elaboração. Então, qual é o ponto da situação? As autoridades vão acelerar o processo legislativo, para evitar a repetição deste tipo de incidentes?
2. Para além do registo obrigatório das lojas de takeaway e das lojas de compras online, as autoridades devem definir critérios para os equipamentos e instalações das lojas de takeaway, por forma a assegurar a higiene e a segurança dos estabelecimentos onde os géneros alimentícios são tratados. Vão fazê-lo?
3. Nas regiões vizinhas, há normas que regulamentam as plataformas de takeaway, impondo diversos deveres, tais como a apreciação das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

qualificações dos lojistas, o registo do nome verdadeiro do registando, a fiscalização atempada, etc., por forma a salvaguardar os direitos e interesses dos consumidores. As autoridades devem definir essas normas para melhor regulamentar as plataformas online de takeaway em Macau. Vão ponderar fazê-lo?

24 de Julho de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting